

Marinho, Josaphat

Abalos sísmicos

A Brasília chegaram dois abalos sísmicos: um da natureza, outro da política. Tremeu a terra em vários pontos da capital, assustando parte da população. Não houve e parece que não há risco próximo. Sinais de crise institucional no exterior alteram mecanismos financeiros no Brasil. O presidente do Banco Central reconhece que "enfrentamos um vento contra". Declara, porém, que, se "o Brasil ainda estivesse dependendo de capital de curto prazo, já teria voado pelos ares". A declaração consola, mas não tranquiliza. É que nossa dívida externa cresce, e pagamos juros altos. Ao mesmo tempo, inquieta a dívida interna, de caráter social. Uma e outra nos deixam prisioneiros de credores soberanos: os organismos internacionais e



POR JOSAPHAT MARINHO

mada revolucionária, de caráter permanente e ocupando espaço do seu território, onde o governo não exerce o mando incontestável. A Venezuela retrata outro cenário de incertezas, com um presi-

dente populista, que joga com a Constituição como se fosse um baralho de cartas marcadas. Nuvens densas ou ondas revoltas podem desembocar, portanto, de diferentes quadrantes.

A exigência e cautelas é para todos. Assim aconselham fatos históricos de nosso tempo. Durante o regime de 1964, as representações parlamentares brasileiras, que compareciam a assembleias internacionais, na América Latina, eram vistas com reservas pelas que se consideravam genuinamente democráticas. De repente, ditaduras se instalavam nos seus países, até onde a ordem parecia imune à violência. E esses países passaram a viver, alguns até hoje, a insegurança institucional. O equilíbrio democrático, quando conquistado, se mantém à custa de repetidas e constrangedoras concessões. A Constituição não é a lei permanente e superior, mas o instrumento mutável segundo as circunstâncias e os meios convenientes. As assembleias políticas sobrevivem em soluços.

No Brasil, com a Constituição de 1988, espancou-se a sombra do poder arbitrário. Falta plena consciência da importância do regime democrático, mas ninguém quer a restauração da ditadura. Nem os saudosistas do poder sem freios. Mas a Constituição tem sido demasiado maltratada e desvirtuada. Modificaram-na sem respeito às suas origens, a seu sistema e a seu espírito. Imprimem-lhe feitiço liberal-econômico anacrônico, permitindo que se prolongue a injustiça social. Não se toca na disparidade entre ricos e pobres, mesmo havendo parcela relevante de excluídos. No mesmo passo, assiste-se, com naturalidade, à gradual desnacionalização da rede bancária. É consequência da globalização, dirão uns. É perda de comando da riqueza e das finanças, ponderarão os menos otimistas. Certa é a privatização em favor do capital estrangeiro. Assim ocorrem os abalos sísmicos, com riscos crescentes.

A EXIGÊNCIA E CAUTELAS É PARA TODOS. ASSIM ACONSELHAM FATOS HISTÓRICOS DE NOSSO TEMPO

o povo brasileiro. Ambos têm poder próprio para medir sua tolerância.

Com o continente, ou parte dele, em ebulição política e econômica, há fatores estranhos interferindo na normalidade dos diversos países. A crise experimentada pela Argentina repercutiu de imediato entre nós. Muda o curso dos ventos. É certo que o país vizinho não vive crise propriamente institucional. Perturba-o uma tormenta econômica e sobretudo financeira, que o obriga a apelar para o FMI. No meio dessa tempestade, entretanto, há ruídos provenientes do comportamento de políticos, tangenciando a corrupção. Assim se agrava, ou pode agravar-se, o quadro das dificuldades materiais. Se a crise no Peru se alonga por meses seguidos, a surpresa da renúncia do presidente Fujimori e agora sua destituição acrescentam um complicador. A sucessão é polêmica e os dias vindouros representam uma interrogação, se não houver muito senso político. Os regimes de força não estimulam soluções normais, mesmo quando os chefes alienam o poder. A tirania tende a sobreviver. A Colômbia atravessa situação manifestamente instável. Não tem norte seguro a nação em que há uma força ar-

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS